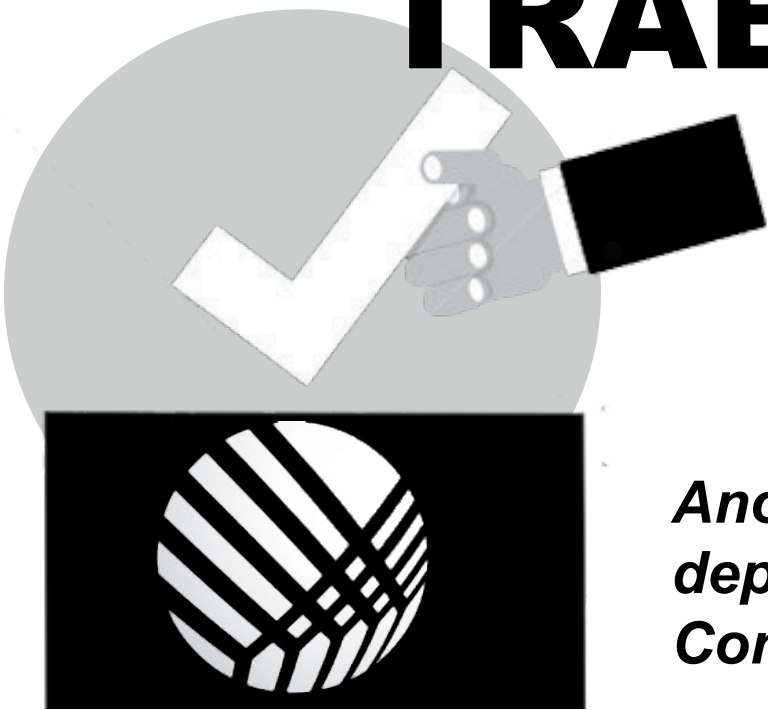




CELESC

# O QUE ESPERA O NOVO REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES NO CA DA CELESC?



*Ano de 2015 é cheio de lutas que dependem da ação enérgica do Conselheiro eleito*

LEIA NA PÁGINA 2

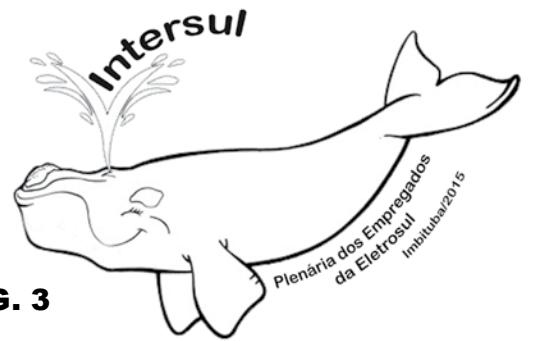


**CNE PROPÕE ATO EM DEFESA DA PLR**

PG. 3

**PLENÁRIA DOS TRABALHADORES DA ELETROSUL SERÁ EM 28 DE MARÇO**

PG. 3



**EXPERIÊNCIA E COMPROMISSO COM OS TRABALHADORES**

**A FORÇA DO TRABALHO**

# COLETIVO

LEIA NA PÁGINA 3



## O QUE ESPERA O NOVO REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS NO CA DA CELESC?

Ano de 2015 é cheio de lutas que dependem da ação enérgica do Conselheiro eleito

Nesta quinta e sexta-feira, dias 19 e 20 de março, os trabalhadores da Celesc decidirão através do voto sua representação no Conselho de Administração. Mas o que espera o representante dos empregados no Conselho de Administração? Quais os desafios e embates que o conselheiro eleito terá que encaminhar junto à categoria, na defesa da Celesc Pública e de nossos direitos? A equipe do Linha Viva elencou alguns dos embates que teremos pela frente e que necessitarão de uma representação forte e responsável.

### REFORMA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO

Governo do Estado tem sinalizado com enxugamento da máquina pública e corte de benefícios

Desde 2014 o Governador do Estado, Raimundo Colombo, promete uma grande reforma administrativa. Jornais e revistas já escolheram os benefícios de trabalhadores como alvo em uma campanha suja. Recentemente, o jornal A Notícia publicou um editorial comentando a necessidade de acabar com a Licença Prêmio no funcionalismo público, afirmando que este direito não condiz com a realidade de hoje e que funcionários públicos não devem ter acesso a benefícios que não são comuns à iniciativa privada.

Com as manifestações contra o Governo do Estado do Paraná, que no início deste ano tentou retirar direitos dos trabalhadores paranaenses, o Governador recuou e, o que antes era tratado como uma grande reforma administrativa, hoje é tido com ajuste pontuais.

Neste cenário, o Representante dos Empregados no CA será fundamental para alertar os trabalhadores sobre quaisquer ataques aos seus direitos. Além disso, não podemos esquecer que o novo diretor de gestão vem do Grupo RBS, que além de apoiar a "reforma", recentemente demitiu centenas de funcionários.

### LEI 13.570/05 E ACORDO DE ACIONISTAS

Benefícios e direitos estão ameaçados com não renovação

A manutenção da Celesc Pública, a eleição para representante dos empregados no Conselho de Administração e a eleição para Diretoria Comercial: todos passam pela Lei 13.570/05 e pelo Acordo de Acionistas da Celesc.

A Lei 13.570/05 autorizou o Governo do Estado a promover a reorganização da Celesc no processo de desverticalização. Nela estão previstos os Contratos de Gestão e Resultados e, principalmen-

te, a proibição de o Governo vender as ações que dão direito ao controle da empresa. O acordo de acionistas, assinado pelo Governo do Estado e Celos, define a política de gestão da empresa e a eleição do Diretor Comercial. Já a eleição para Representante dos Empregados no CA, iniciada ainda na década de 80, precede a lei, estando presente na Constituição do Estado e no estatuto da empresa. Mesmo assim, o pleito consta

no acordo, que detalha a composição do CA. Criticado pelos acionistas minoritários que reivindicam o direito de indicar diretores para a empresa e controlar a gestão, o Acordo de Acionistas deve passar por revisão, assim como a Lei 13.570. O representante dos empregados terá que enfrentar a pressão dos acionistas e buscar as entidades sindicais para mobilizar a categoria na defesa de seus direitos e da Celesc Pública.

### RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES

Energia não é mercadoria

Talvez a mais importante luta dos eletricitários será a Renovação das Concessões. Desde 2013 os sindicatos vêm lutando para que as concessões das empresas de energia sejam renovadas, impedindo a privatização de todo o setor elétrico brasileiro. Em conjunto com a Federação Nacional dos Urbanitários, a campanha Todos pela Energia leva a visão dos trabalhadores para que a energia não seja tratada como mercadoria, mas sim como um bem essencial à população.

No último Boletim do Conselheiro, o representante dos Empregados no Conselho de Administração comentou o relato do presidente que, em reunião com o Ministro de Minas e Energia ouviu que a renovação das concessões se dará muito em parte pela pressão dos governos estaduais.

As informações de dentro do Conselho, levadas pelo representante dos empregados aos sindicatos serão fundamentais para mobilizar os trabalhadores em uma pressão popular para que a Celesc continue uma empresa pública e responsável pelo desenvolvimento de nosso estado.



## TRABALHADORES CONHECERÃO NOVO REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS CONSELHEIRO AINDA NESTA SEXTA-FEIRA

O celesquiano que enfrentará as situações mencionadas acima, assumindo a responsabilidade de representar os empregados

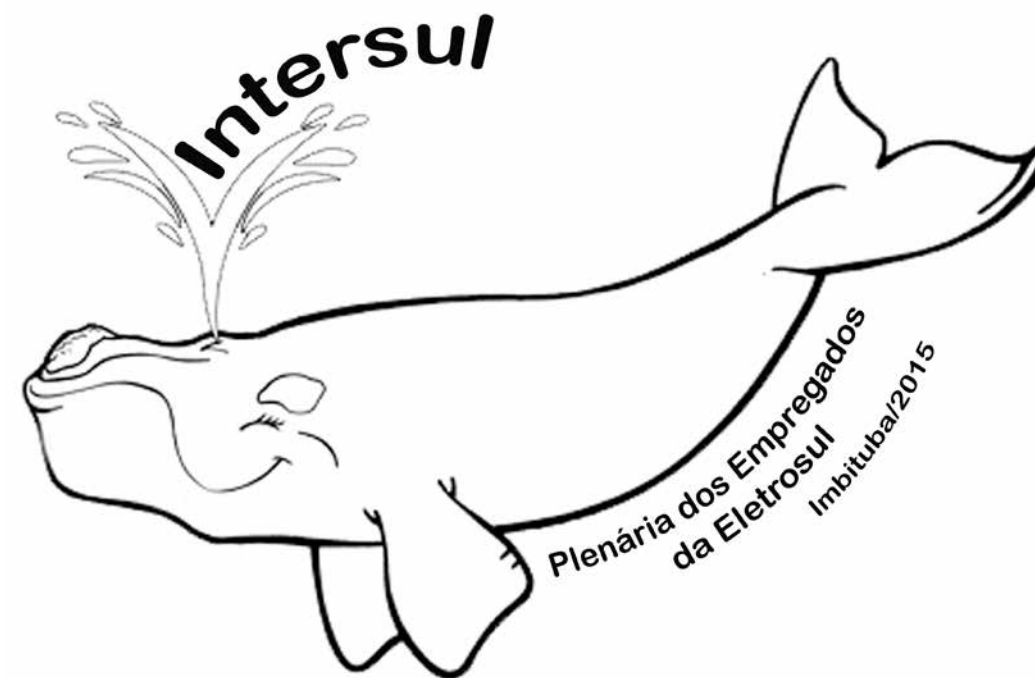
no Conselho de Administração da Empresa será conhecido nesta sexta-feira, dia 20.

Logo após o término da

votação, às 17:30 horas, a apuração será realizada pela Comissão Eleitoral e o resultado divulgado na Administração Central.

A posse do novo Conselheiro está prevista para a reunião do Conselho de Administração de maio, que deve ocorrer no dia 2.

## PLENÁRIA DOS TRABALHADORES DA ELETROSUL SERÁ NO DIA 28 DE MARÇO



Passado o período das assembleias de pré-pauta realizadas pelos sindicatos que compõem a Intersul, as reivindicações dos trabalhadores foram sistematizadas pelos dirigentes sindicais, em reunião de preparação que ocorreu em Florianópolis, dias 16 e 17 de março. As propostas serão encaminhadas no Planejamento Nacional que será realizado dias 19 e 20 de março em Recife-PE, organizado pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e pelo Coletivo Nacional dos Urbanitários (CNE).

Após finalizada a pauta nacional pelo CNE, ela será submetida à aprovação

pela Plenária da Intersul, no dia 28 de março, em Imbituba-SC.

A plenária também definirá o encaminhamento das reivindicações que não foram contempladas pela pauta nacional e que deverão ser tratadas no âmbito específico da Eletrosul. As pautas de reivindicações dos Eletricitários está prevista para ser entregue às empresas no dia 8 de abril.

Os sindicatos da Intersul reforçam o convite realizado nas assembleias, para participação na Plenária de Imbituba. Procure um dirigente sindical de sua base para informações sobre o regulamento e as formas de participação.

### ELETROBRAS

## CNE PROPÕE ATO EM DEFESA DA PLR

Após várias reuniões, o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) ainda não obteve uma proposta oficial e definitiva para PLR da Eletrobras. A última reunião, realizada no dia 05 de março, foi mais uma enrolação. Desta vez a desculpa foi que a proposta tinha sido enviada para aprovação do DEST antes de ser encaminhada para negociação com o CNE.

As informações preliminares dessa proposta dão conta de que a empresa continua insistindo na utilização do SGD como meta, desconsiderando as veementes objeções feitas pelo CNE. Além disso, há indícios que a proposta contém alteração na forma de distribuição, aumentando-se a parcela proporcional

ao salário. Essa posição da Eletrobras contraria o sentimento da maioria dos trabalhadores que é de aumentar a parcela linear. O CNE mais uma vez enfatizou que não aceita qualquer mudança na distribuição da PLR que venha a prejudicar o conquistado em anos de luta pelos trabalhadores. Nesse sentido, está convocando os trabalhadores para uma mobilização na defesa da PLR, sem retrocesso. O indicativo é de um ATO EM DEFESA DA PLR a ser realizado no dia 30 de março em todas as empresas da Eletrobras.

Os sindicatos que compõem o CNE estão realizando assembleias por todo o Brasil para passar maiores informações e deliberar sobre o ato.

Participe da assembleia convocada pelo seu sindicato. A defesa da PLR passa pela união dos trabalhadores!

## EXPERIÊNCIA E COMPROMISSO COM OS TRABALHADORES



Para representar os trabalhadores no Conselho de Administração da Eletrosul é preciso experiência e compromisso com a luta pelos direitos dos trabalhadores e pela empresa pública. Atuais Conselheiros eleitos, Wanderlei e Deunézio têm defendido posições claras em favor da empresa e de seus trabalhadores. Estes posicionamentos tem sido expressado nas atas de reunião e divulgados abertamente aos empregados através dos boletins.

Destacamos a seguir alguns trechos destas manifestações:

**IMPACTOS DA MP 579:** com a promulgação da medida provisória e sua transformação em Lei que regulamenta o setor elétrico, o impacto sobre as empresas do Grupo Eletrobras foi avassalador. Em reunião do Conselho de Administração, os conselheiros propuseram que a Eletrosul buscasse junto ao Governo Federal a adoção de medidas para avaliação justa dos valores e antecipar o recebimento dos ativos, previsto em portaria da ANEEL para ocorrer diluído em 30 anos, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

**QUADRO DE PESSOAL E CONCURSO PÚBLICO:** a sobrecarga de trabalho é um dos principais problemas hoje na Eletrosul. Já em Agosto de 2014 os Conselheiros se manifestaram pela contratação de trabalhadores através de concurso público, além de cobrar a realização de cursos de capacitação para os empregados da Eletrosul. Sobre o Plano de Negócios da Eletrosul, também cobraram a recomposição do quadro de pessoal que "não está adequado às reais necessidades de pessoal, para fazer frente ao volume de trabalho decorrente dos investimentos e ampliações em curso, nas áreas de geração e transmissão" Em fevereiro deste ano os conselheiros eleitos reforçaram a cobrança, afirmando ser "urgente a realização de concurso público para reposição da força de trabalho em tempo hábil para atendimento desta demanda.

**PLANO BD DA ELOS:** Por conta do chamado Conflito de Interesses, os conselheiros não participaram deste debate, tomando conhecimento das alterações do plano através da ata da reunião. Os conselheiros eleitos manifestaram em boletim a discordância com as alterações promovidas no regulamento do Plano BD/Elos-Eletrosul, quanto à paridade entre participante ativo, assistido e pensionista e patrocinadora, no caso de equacionamento de eventual resultado deficitário, considerando estas prejudiciais aos participantes da fundação. As alterações nos regulamentos não podem ser feitas à revelia da discussão com os participantes, bem como das entidades representativas dos trabalhadores, pois tais alterações afetam os empregados de modo significativo.

Dias 23, 24 e 25, vote no projeto coletivo!

ACOMPANHE NOSSO FACEBOOK  
www.facebook.com/Chapa1CAcoletivo

Intercel

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC  
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Mario Jorge Maia  
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br  
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

# SUPREMA CORTE SUECA ASSUME CASO DE ASSANGE

**Perseguido politicamente, fundador do Wikileaks, site que publica documentos oficiais secretos de governos, está exilado na embaixada do Equador em Londres, há 3 anos**

**"Segundo o fundador do Wikileaks, na Suécia não existem garantias de que não vá ser extraditado aos Estados Unidos, onde seria julgado pela divulgação massiva de documentos oficiais secretos, razão real, segundo Assange, dessa demanda judicial contra ele que já teve diversas etapas legais e políticas"**



Matéria originalmente publicada no site [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br)

A procuradoria da Suécia aceitou um interrogatório em Londres do fundador do Wikileaks, Julian Assange, sobre as quatro denúncias por crimes sexuais que pesam contra ele. Segundo explicou em um comunicado a procuradora Marianne Ny, a mudança de posição se deve ao fato de que os crimes prescreveriam em 2015. "O tempo se esgota e considero que devo aceitar uma perda de qualidade na investigação e assumir o risco de o interrogatório não ajudar, já que não há outras medidas disponíveis enquanto Assange não estiver na Suécia", disse a procuradora Marianne Ny.

Em declarações à Carta Maior, o advogado de Julian Assange Thomas Olsson considerou que essa mudança de posição é uma vitória para seu cliente, mas alertou que existe um longo caminho adiante. "Estamos felizes que tenham decidido isso, mas frustrados que tenham levado tanto tempo para chegar a essa decisão. Agora, a procuradoria precisa da aprovação do Reino Unido para realizar o interrogatório. Aí sim, uma vez que tenham realizado esse interrogatório, precisarão formular uma acusação ou deixá-lo em liberdade", afirmou Olsson.

Assange está na embaixada do Equador desde que, 2012, a Corte Suprema britânica decidiu a favor de sua extradição à Suécia. Segundo o fundador do Wikileaks, na Suécia não existem garantias de que não vá ser extraditado aos Estados Unidos, onde seria julgado pela divulgação massiva de documentos oficiais secretos, razão real, segundo Assange, dessa demanda judicial contra ele que já teve diversas etapas legais e políticas.

A denúncia foi formulada por duas mulheres suecas em 2010, pouco depois de Assange se transformar em uma personalidade internacional com a difusão de um vídeo em que helicópteros norte-americanos assassinavam civis iraquianos, além da publicação, entre julho e outubro, de documentos secretos da guerra no Iraque e no Afeganistão. Em agosto daquele ano, durante uma visita de Assange à Suécia, produziram-se as alegações que foram desestimadas naquele momento pelo juiz em questão. A odisséia legal começou em setembro, quan-

do a procuradora sueca Marianne Ny reabriu o caso: dois meses mais tarde, a Suécia solicitava sua extradição.

O processo sofreu todo tipo de infiltrações, dúvidas sobre os testemunhos, debates pelas redes sociais, chacotas, alegações e desmentidos. O pano de fundo político contribuiu para a confusão. Nos Estados Unidos, o ex-pré-candidato republicano Mick Huckabee chegou a propor a execução dos responsáveis pela divulgação feita pelo Wikileaks e uma longa lista de congressistas declarou Assange como culpado virtual pela morte de soldados norte-americanos. Com todo o peso dos Estados Unidos por trás da questão, em dezembro de 2011 a Interpol emitiu um alerta vermelho por Assange, o que o colocou na lista dos criminosos mais procurados do planeta, acima de acusados de violação massiva e sistemática em conflitos bélicos.

Do lado do Wikileaks, hoje se está otimista. O jornalista islandês Kristinn Hrafnsson, porta-voz de Assange, mostrou-se convencido de que retirarão as denúncias. "A Suprema Corte da Suécia anunciou recentemente que assumirá o caso e é bastante óbvio que decidirão a favor de Julian", disse. A realidade é que, apesar de tudo, Assange ainda não foi formalmente acusado de nada. O primeiro passo é a procuradoria, depois do interrogatório, decidir por dar ou não esse primeiro passo.

O advogado de Assange preferiu não especular sobre se seu cliente aceitaria ir à Suécia em caso de finalmente haver uma acusação formal por parte da procuradoria. "Não nos adiantemos. Vamos passo a passo. Primeiro, a procuradoria tem que decidir o que fará", disse Olsson à Carta Maior.

Em todo caso, pela primeira vez desde que o Equador concedeu asilo a Assange, abre-se uma possibilidade de o fundador do Wikileaks não ter de ficar um tempo recorde em uma embaixada – no momento, o feito está nas mãos do cardeal József Mindszenty, que passou 15 anos na embaixada norte-americana em Budapeste, logo após a invasão soviética à Hungria, em 1956.

